

Governo ameaça intervir em escolas que não abrirem em 87

22 JAN 1987

BRASÍLIA — O Presidente do Conselho Federal de Educação, Fernando Gay da Fonseca, afirmou ontem, após reunião dos 24 representantes dos Conselhos Estaduais de Educação, no MEC, que "o governo não tem condições de impedir o fechamento das escolas que se recusam a iniciar o ano letivo em protesto contra o reajuste de 35% concedido para suas mensalidades, mas terá que suprir de al-guma forma a lacuna aberta com o seu fechamento". A afirmação de Gay da Fonseca é uma ameaça de intervenção nas escolas que, seguindo orientação de nove sindicatos de proprietários, se recusarem a abrir em 87.

A reunião, que contou com a presença do Secretário-Geral do MEC Aloísio Sotero, durou quatro horas. Durante quase duas horas foi discutida a decisão das escolas, adotada ontem, de questionar a constitucionalidade do decreto através do qual o Presidente da Re-

pública determinou a reestruturação dos Conselhos de Encargos Educacionais, que passam a ser encarregados de deliberar sobre a concessão de reajustes além dos concedidos pelo Governo.

Os proprietários alegam que um decreto não tem força legal para modificar um decreto-lei, instrumento que criou, em 1969, as Comissões de Encargos Educacionais. Aloísio Sotero argumentou, depois da reunião, que o Presidente da República pode, mesmo através de decreto, modificar um decreto anterior.

O Secretário-Geral disse também que não há motivo para tanta confusão em torno dos índices, "já que as escolas insatisfeitas com o reajuste de 55,25% (35% concedidos mais 15% negociados com os pais de alunos) podem recorrer às Comissões de Encargos Educacionais para obter novos aumentos."

Dos 24 sindicatos de estabelecimentos de ensino existentes no País, nove já

decidiram sugerir aos seus associados não iniciar o ano letivo de 87 até que o Governo altere a política de reajuste das mensalidades. Este é o primeiro balanço da reunião de representantes sindicais e de mais quatro associações de escolas particulares que se encerra hoje na Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), em Brasília.

O Presidente da entidade, Roberto Dornas, não quis confirmar a informação de que o sindicato paulista dará entrada no Supremo Tribunal Federal (STF), esta semana, com recurso contra a medida adotada pelo Governo. O argumento utilizado pelo sindicato de São Paulo seria a inconstitucionalidade do decreto presidencial que reestruturou a Comissão de Encargos Educacionais.

Temos que avaliar, em primeiro lugar, se as escolas têm condições de sobrevivência com os novos reajustes.